

Estado deve CZ\$ 20,6 bilhões

por Milton Wells
de Porto Alegre

O secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul, José Hipólito Campos, disse ontem que a elevação das taxas de juro no mercado a vista determinará graves consequências para a dívida do estado. Explicou que há uma demasiada concentração de títulos no curto prazo, cujo perfil deve ser alterado para que a atual "sangria" nas finanças gaúchas seja estancada. Segundo ele, no início da gestão do atual governador Jair Soares a dívida do estado era de CZ\$ 427 milhões, tendo alcançado no dia 30 de junho CZ\$ 20,6 bilhões, numa elevação de 4.735%. Apenas a correção monetária do período e a cambial são responsabilizadas por um acréscimo de CZ\$ 19,8 bilhões.

Somente neste mês, o estado deverá amortizar CZ\$ 538 milhões, com um total de contratos de empréstimo de CZ\$ 139 milhões, o que representará uma dedução real de CZ\$ 399 mi-

lhões. Em pronunciamento na Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), Campos afirmou que de março a agosto o Tesouro gaúcho aumentou cerca de 80% a arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), o que não se refletiu de maneira positiva nas finanças do estado por causa do aumento das taxas reais de juro internos. Com uma dívida de CZ\$ 8 bilhões, rodada através da emissão de certificados de depósito bancário (CDB) por parte dos bancos estadual e de Desenvolvimento, o estado defronta-se com dificuldades no curto prazo, que representam um valor próximo a CZ\$ 1,5 bilhão.

"As últimas modificações determinadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), elevando o Imposto de Renda para títulos de curto prazo, foram negativas para o estado", afirmou. "Por causa disto é possível que o estoque da dívida seja ampliado, até o final do ano, trazendo mais

24 SET 1986

desconforto à administração".

Em conversa com os empresários gaúchos, Campos informou que na próxima terça-feira deverá apresentar um programa de recuperação financeira para o Rio Grande do Sul. Antecipou que entre as medidas a serem defendidas junto ao governo federal está a mudança do perfil da atual dívida — troca de CDB por OTE e por empréstimos em moeda estrangeira — e outras de iniciativa do próprio estado. Entre estas a redução do gasto com pessoal, que no momento representa quase o total do que é arrecadado com ICM, e o estímulo a fontes de arrecadação como o, pólo petroquímico gaúcho. Ele acha que o pólo, responsável por 5% das receitas de ICM, poderá elevar sua participação em pelo menos mais cinco pontos percentuais, desde que o estado conceda alguns estímulos fiscais, mas que são da alçada do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).